

os pedreiros da anarquia 2

edgar rodrigues*

Nas 16 páginas do número anterior da revista *Verve*, não consegui alinhar os nomes e falar do esforço de toda uma plêiade de operários (com e sem idéias libertárias), e por isso volto ao tema, com a convicção de que ainda restarão muitos “esquecidos”. A obra gigantesca dos carregadores de *pedras* no século XX, pretendendo edificar uma sociedade igualitária para todos, tantas vezes interrompida, e outras tantas “demolida” pelas autoridades irracionais,¹ usando leis que seus servidores (deputados e juristas) aprovavam para dificultar e punir com expulsões e prisões, sem julgamento aplicadas pelas mãos de seus policiais e soldados, “homologadas pela jurisprudência” brasileira de ilustres magistrados: coniventes e/ou silenciandos, em forma de aprovação tácita.

* Vivendo no Rio de Janeiro desde 1951, Edgar Rodrigues é um dos mais importantes arquivistas dos movimentos anarquistas no Brasil e em Portugal. Suas análises, entrevistas e compilações de documentos distribuem-se em mais de quarenta livros e cerca de mil artigos.

Desde as últimas décadas do século XIX, e no começo do século XX, os governantes brasileiros anunciavam ofertas de emprego na Europa: queriam atrair mão-de-obra para “desmatar” e construir os 8.456.508 km² de terras que formavam o espaço geográfico do Brasil.

Segundo Elias Iltcheco, anarquista russo residente em Erebango, Rio Grande do Sul, que veio ainda criança com seus pais para o Brasil, as promessas de uma vida paradisíaca eram anunciadas na Europa.

A realidade era outra. No Brasil, as famílias dos imigrantes ficavam meses amontoadas em barracões passando todo o tipo de privações.

Nesses anos distantes, 38% da superfície do Brasil era coberta por mata. Os estabelecimentos industriais andavam na casa dos 13.336, a indústria açucareira era de 217.000 e a salineira de 25.400. A produção industrial da ordem de 2.987.176 contos.² Para 13.336 estabelecimentos industriais existiam 648.153 estabelecimentos rurais.

Os trabalhadores fabris chegavam a 273.512 e os trabalhadores rurais a cerca de 9.000.000. Entre os habitantes que viviam dos recursos da lavoura e os que viviam da indústria, as diferenças eram enormes.

A população do Brasil era da ordem de 30.635.605 habitantes.³

A indústria ultrapassava a agricultura e precisava de operários para trabalhar nas fábricas de tecidos e na construção civil. Salvo para cargas e descargas de navios nas docas de Santos, Rio de Janeiro e de outros portos de menor movimento de embarque e desembarque, o patronato queria mão de obra especializada — para edificar moradias, estradas, carruagens — sapateiros, alfaiates, barbeiros, costureiras de

roupas e sacos, gráficos, gente que soubesse fazer as quatro operações para o comércio, maquinistas, serviços de hospitais, escolas (bem raras na época).

Atendendo à propaganda na Europa entre 1887 e 1957, chegaram ao Brasil 5.000.000 (cinco milhões) de imigrantes, sendo 32% de italianos, 30% de portugueses, 14% de espanhóis e 4% de japoneses.

Para as outras procedências como poloneses, franceses, japoneses, russos, ingleses e de países da América Latina, as quantidades eram menores e alguns entravam pela fronteira a pé.

Com a chegada dos egressos das fazendas às cidades em busca de trabalho agravou-se a pobreza e a questão social.

Quando a população do Brasil atingiu os 92.000.000 (noventa e dois milhões) de habitantes, 30.000.000 não tinham empregos fixos, as escolas não passavam de 12.801, sendo 34,7% públicas e 65,3% particulares. Dos 55.430 professores, mais da metade leigos. Em 1950 havia 1.538 jornais, 777 revistas, 499 boletins e folhetos, 68 almanaques. Segundo a Unesco, em 1965 as bibliotecas públicas eram 5.577. Cerca de 40 milhões (1967/70) de seres humanos não tinham casas, e o número de pessoas que não sabia ler e escrever era imenso, inclusive imigrantes.

As rivalidades entre os trabalhadores no Brasil e os vindos de fora era grande com os italianos e maior com os portugueses (havia dia de mata a galegos), um pouco por conta da escravidão que os colonizadores lusitanos implantaram, embora essa *abominável escravidão* fosse igual à imposta em toda a América Latina, do Norte e África, e os imigrantes nada tinham com essa indignidade.

O patronato explorava os operários como se fossem máquinas ou produtos descartáveis, independente dos seus países de nascimento.

Ignorando o que lhes esperava em terras brasileiras, os imigrantes, ao se encontrarem com a realidade social e política, sentiam-se enganados pela propaganda dos agenciadores de mão de obra na Europa: *o Eldorado* que lhes tinham prometido era uma mentira capitalista! A Igreja e o Estado, pelas mãos e os cérebros de seus preclaros fabricantes de leis, tinham uma imaginação fertilíssima para enganar e escravizar os trabalhadores na generalidade, penalizando mais os mineiros, vítimas da selicose, os trabalhadores dos cafezais, sujeitos à malária, e os estivadores, carregando nas costas sacas de 50, 100 e 150 quilos de grãos de café, laranjas, carnes congeladas e outros produtos, correndo das carroças estacionadas no cais, subindo e descendo estreitas pranchas de madeira até os porões dos vapores cargueiros ancorados nas docas de Santos. Nesta época as carroças que transportavam as mercadorias da estrada de ferro até ao cais não tinham estribos: os cocheiros corriam pelo chão segurando os arreios, acompanhando o trotar dos cavalos, guiando-os.

Nestes serviços extenuantes o número de operários tuberculosos era alarmante em Santos. Diariamente procuravam o hospital da “Santa Casa” dezenas de trabalhadores soltando golfadas de sangue pela boca,⁴ e morriam pouco depois.

Os imigrantes, principalmente, contestavam os exploradores de 16 a 10 horas, dia de trabalho, entre segunda e sábado, e aos domingos até meio dia, transformando gen-

te de 30/40 anos de idade em velhos que logo logo descartavam.

Com o propósito de reverter esta situação, os imigrantes recorriam à ajuda mútua, praticando o conhecidíssimo velho hábito de: *Um por todos e todos por um!*

Nesses anos distantes os operários rebelavam-se “esparsamente”...

Em Minas Gerais, os fundidores de ouro declaravam-se em “greve” no mês de julho de 1720.

Na Bahia, os alfaiates abandonavam o trabalho em 1782 e no Rio de Janeiro, no ano de 1791, os operários da *Casa das armas* deflagravam greve.

A questão social penalizava os egressos das fazendas e os imigrantes que ainda tinham contra eles a adaptação, e muitos nem falavam português. A Igreja, sempre na vanguarda, como amortecedor servindo à burguesia e ao Estado, resolveu criar a *Casa dos vinte e quatro* para associar, orientar, dominar os operários insubmissos.

Quem primeiro discordou foram os tanoeiros, cerieiros, ourives, lapidadores, cordoeiros e parte dos sapateiros, não aceitando submeter-se à *Casa dos vinte e quatro*, às ordens da Igreja.⁵

Em Niterói começa a ser publicado *O Anarquista Fluminense* no ano de 1835; em 1845 *O socialista da Província do Rio de Janeiro*; em 1847 aparece *O Proletário* em Pernambuco; no ano seguinte, 1848, *O Grito Anarquial* e no Rio de Janeiro⁶ ouve-se ao longe a *Voz dos Operários*.

A tiragem dessa imprensa socialista, libertária e de combate era pequena e saía quando podia. Não tinha subvenções, nem as doações que as universidades têm hoje para formar doutores. A distribuição era de mão em mão, entre companheiros de ofício, enquanto a Igreja

Católica, sempre poderosa, apoiada pelo governo, pressionava e ainda “convencia” alguns operários, como barbeiros de barbear, barbeiros de guarnecer espadas, fundidores de cobre, funileiros, serralheiros, forradores, douradores, bate-folhas, espingardeiros e cuteleiros a adotar São Jorge como patrono de suas associações de classe.

Nesta ordem: São Miguel “protegia” sete profissões; São Crispim, quatro; Nossa Senhora da Conceição, três; Nossa Senhora das Mercês, seis; Santa Justa e Santa Rufina, três; São José, cinco; São Gonçalo, cinco; Senhora das Oliveiras, cinco; Senhora das Candeias, quatro e Senhora da Encarnação, três, carpinteiros de móveis, entalhadores e coronheiros.⁷

Os brados de Liberdade, Igualdade e Fraternidade da Revolução Francesa ouvem-se ao longe. Os Congressos da Associação Internacional dos Trabalhadores (1866), o impacto da Comuna de Paris (alguns refugiados pediram exílio no Brasil), e a declaração de greve geral em Nova York (1871) anunciavam os novos tempos para o proletariado. Produz *eco*, na Europa e na América, a greve geral de 1º de maio de 1886, resultando no enforcamento de cinco anarquistas em 1887, passando à história com o nome de Mártires de Chicago.

No Brasil, 1888 marcava a “libertação” oficial dos escravos, e em 1892 publica-se, em São Paulo, o periódico anarquista *Gli Schiavi Bianchi* (em italiano), dirigido por Galileu Boti, e em italiano e português, em 1893, *L'Avvenire* e mais sete periódicos, divulgando anarquismo, sob orien-

tação de imigrantes italianos, portugueses e espanhóis, todos operários de mãos calejadas.

No ano seguinte (1894), na rua Líbero Badaró, 110, São Paulo, o anarquista Artur Campagnoli, fundador da Comunidade Libertária de Guararema, com meia dúzia de companheiros de idéias, reuniram-se para organizar as comemorações do 1º de maio no Brasil, e foram presos por “sugestão” do Cônsul italiano (delação).

Quatro anos depois os operários Antônio Costa, Joaquim Ribeiro Guimarães e Antônio José do Amaral, cocheiros de profissão, de origem portuguesa, lideraram a greve da sua classe (1898) e a polícia prendeu-os,⁸ por atentar contra os “direitos da burguesia”, ignorando os direitos dos trabalhadores.

Em 1898, o *Almanaque de Pernambuco* publicou um *Decálogo dos Anarquistas* e estourou como uma bomba o livro *Anarquismo* de autoria do Juiz da Corte de Halle, Dr. Paul Eltzbacher.⁹

Os “estilhaços” tiveram mais impacto na Europa, mas o Brasil também sentiu o “estrondo”...

Os *pedreiros da anarquia* vinham formando grupos e centros de instrução e educação libertária, “trabalhando as pedras” que ao longo do século XX suportaram perseguições, punições, leis encomendadas pela burguesia, seguidas de expulsões, deportações, prisões, torturas policiais.¹⁰ E foi assassinado, em São Paulo, o anarquista italiano Polinici Mattei, no dia 20 de setembro de 1898, durante manifestações em praça pública.¹¹

O crescimento da indústria em nada melhorou a vida do proletariado: agravara-se pela avareza patronal, o desemprego e a repressão policial.

As necessidades do patronato de contratar empregados que soubessem ler e escrever também não mudou o pano-

rama do analfabetismo: milhares e milhares de trabalhadores não sabiam ler, e entre os que sabiam, a maioria não fazia as quatro operações, e muitos só assinavam o nome.

Para enfrentar a falta de escolas alfabetizadoras das camadas mais pobres brasileiras e dos imigrantes que também não puderam freqüentar as escolas nos seus países de origem, os operários mais lúcidos e com algumas luzes de ensino, iniciaram a implantação de escolas livres, racionalistas, seguindo o exemplo do espanhol Francisco Ferrer y Guardia, nos anos distantes de 1901.

Dentro das Associações Operárias e depois sindicatos, nos Centros de Cultura Libertária, nas sedes dos grupos de teatro amador (muito desenvolvidos pelos anarquistas e socialistas) e até fora destes, formaram-se escolas, com salas modestas, improvisadas, para alfabetizar os operários e seus filhos, inicialmente, e depois prepará-los em cursos profissionalizantes, de sociologia, de jornalismo prático e de idéias anarquistas.

O sustento dessas salutares iniciativas era por cotizações voluntárias, para quem não podia, e fixadas, para quem tinha melhores condições salariais.

Todo o esforço direcionado no sentido de instruir e tornar cada operário um elemento produtivo, útil ao seu meio, capaz de se autogovernar sem chefes, enquanto ia ajudando e ensinando os que sabiam menos: eram aprendizes e professores ao mesmo tempo! Aprendiam ensinando conhecimentos gerais, sociológicos, história universal, conceitos de igualdade social e solidariedade humana.

Foram muitas as escolas livres, racionalistas, em todo o Brasil. Exemplificamos essa iniciativa com os “Estatutos da Sociedade Pró-Ensino Racionalista”, de Porto Alegre, Rio Grande do Sul (1916).

“A Escola Moderna destina-se à difusão do ensino racionalista,¹² isto é, procurará dar a todos um conhecimento exato da história, da ciência e da filosofia, de tal forma que, o homem, pelo livre exame, compreenda que é um valor positivo no seio da humanidade e que esta, pela perfeição moral, ética dos indivíduos, tenderá para um estado social de harmonia, justiça e liberdade, tão completo quanto mais completa e elevada for a educação de cada um.”

Embasando este intróito, lê-se no texto, Artigo 1º, parágrafos: “d) criará uma biblioteca de obras escolhidas, especialmente destinadas à educação e ensino das classes populares; e) procurará desenvolver entre o povo os *sentimentos de solidariedade e confraternização*; g) combaterá todo o preconceito religioso, científico, filosófico, político ou social que pretenda limitar o espírito investigador do homem.”

Dentro das contradições políticas e intelectuais (hoje é pior!) os *pedreiros da anarquia* desenvolviam sua propaganda libertária, sustentavam embates com reacionários exploradores e com a experiência que iam adquirindo argamassavam uma obra gigantesca, reduto de resistência que sobreviveu, durante todo o século XX, às investidas do patronato, da Igreja, dos governantes, às duas ditaduras, (1930/1945 e 1964/1985) estados de sítio, campos de concentração, tribunais militares e aos comunistas, que a partir de 1922 passaram a atacar seus companheiros da véspera, atropelando-os, financiados pela 3ª Internacional de Moscou. Entraram no século XXI contrariando as autoridades irracionais, das direitas, das esquerdas e as críticas de alguns acadêmicos.

Em nossa breve introdução demonstramos o ambiente político e social encontrado no Brasil pelos *pedreiros da anarquia* e falamos de mais alguns¹³ protagonistas de um século de lutas pela emancipação social que ganhou *voz*, formou *eco*, fez-se ouvir pela burguesia, a Igreja e os governantes, sacudindo-lhes as teias de aranha que anquilosavam os cérebros dos políticos, juristas e acadêmicos, embalados nos cargos vitalícios, nos cartórios, ministérios, embaixadas, no parlamento, na magistratura e outros...

E como nem antigamente e nem hoje se implantam cérebros sadios, abastecidos de lucidez suficiente para perceber que a questão social mais adiante ficaria incontrolável por força dos conflitos econômicos, classistas, empáfias culturais das camadas mais abastadas, recai o ônus dessa “cegueira política” sobre o povo marginalizado, mal alimentado, embotado pela fome má conselheira, analfabeto em sua maioria e/ou de poucas letras e menos raciocínio, vendo-se nesta deplorável demonstração os elementos do afogamento no alcoolismo, nas drogas entorpecentes, alucinantes, geradas na desigualdade, na discriminação, envolvendo disputas, etnias, nativismos, a violência, os atentados, as guerras intermináveis.

Para proclamar que não estavam de acordo com esse estado de coisas, *os pedreiros da anarquia* pleiteavam a redistribuição das riquezas naturais e das produzidas pelo trabalho produtivo de todos, em benefício de todos e de cada um.

E para demonstrar que também queriam a *paz*, três anarquistas residentes no Brasil¹⁴ foram, em 1915, participar do Congresso Pró-Paz, organizado pelo Ateneu Sindicalista do Ferrol, Espanha. O alvo era a guerra de 1914-1918, mas quando entraram na Galícia, a polícia do rei Afonso XIII, a mesma que tinha prendido, maltratado e fuzilado o fundador da Escola Moderna em 1909,

Francisco Ferrer, com ajuda de D. Antonio Maura e outros verdugos, prendeu os três delegados do anarquismo do Brasil e expulsou Deoclécio Fagundes (Theofilo Ferreira) e Astrojildo Pereira pela fronteira de Portugal, e assassinou João Castanheira.

A notícia do crime da polícia do rei Afonso XIII chegou rapidamente ao Rio de Janeiro, e os anarquistas fizeram um estrondoso comício no Largo de São Francisco de Paula, seguido de passeata até a embaixada espanhola na então capital da república brasileira.

Abriu o comício João Gonçalves da Silva e encerrou-o a operária têxtil, companheira de João Castanheira, Juana Bulle e o operário alfaiate, de origem portuguesa, Joaquim Leal Júnior, um dos mais fluentes e vibrantes oradores do anarquismo no Rio de Janeiro.

No ano de 1920, quando o operário João Plácido de Albuquerque saiu do Pará para representar sua classe no 3º Congresso Operário Brasileiro, realizado na rua do Acre, 19 — Rio de Janeiro, a polícia brasileira também o assassinou durante a viagem de navio.

Estas e outras baixas infringidas pelas autoridades não impediram que os *pedreiros da anarquia* continuassem a luta que fez história dentro da história geral em terras brasileiras. E foram tantos? Registramos hoje Alzira Werkauser, costureira, Aldino Agotani, camponês, Aurora Novoa Lozano, costureira, Alfredo Dusi, camponês, Antônio Gomes, tintureiro, Armando Bartolo, tecelão, Antônio Fernandes, canteiro, Aureliano Silva, pintor, Alexandre Zanella, metalúrgico, Antônio Silva Massarelos, estivador, Alexandre Azevedo, têxtil, João Rocco, Benedito Romano, Nicola Dalbencio, José Páparo, Justino Salgueiro, José Pazanini, Salvador Arrebola, Eduardo Peralta e Manuel Trubilhano, todos operários anarquistas.

Alguns escreviam na imprensa libertária, outros organizavam e sustentavam associações operárias, contribuíam para editar jornais, distribuía-los, pagavam com seus tostões a impressão, alugueis dos centros de cultura, das sedes de grupos de teatro libertário, compravam livros ácratas, formavam bibliotecas em casa, ajudavam uns aos outros em casos de desemprego, acidentes no trabalho e quando algum companheiro era preso, deportado ou expulso do Brasil por defender e lutar por suas idéias revolucionárias.

Dir-se-á que cada um dos nomes referenciados era ao mesmo tempo produtor e carregador das pedras para construir o *palácio da anarquia!*

Nessa obra edificadora trabalharam também Anastácio Gago, pintor, Adelaide Diz, Antônio José do Amaral, cocheiro, Atilio Gallo, chapeleiro, Antônio da Costa Carvalho, gráfico, Antônio Monteiro Júnior, tipógrafo, Antônio Napilinsky, sapateiro, Antônio Lopes, tecelão, Antônio Manno, barbeiro, Amélia Garrido, Antônio Correia Barbosa, carroceiro, Alcides da Silva, taifeiro, Aida de Moraes, costureira, Anunziata Miranda, têxtil, Belizário Pereira de Souza, carroceiro, Benedito Abreu, alfaiate, Belmiro da Silva Jacintho, vidreiro, Catalice Silva Greco, costureira, Clotilde Duarte, costureira, Pedro Monreal, barbeiro, Daniel Conde, sapateiro, Davina Fraga, costureira, Delfim José de Castro, pedreiro, Elvira Boni, costureira, Francisco Rubio, barbeiro, Francisco Diz, pedreiro, Francisco de Paula, marceneiro, Francisco Mércia, chapeleiro, Ferdinando D'Allô, funileiro, Francisco Peralta, pedreiro, Fritz Kock e Georg Sterbeck, tecelões, anarquistas nascidos na Alemanha, por participarem de greve na Empresa Industrial Garcia, de Santa Catarina, foram presos, expulsos do Brasil em 13 de julho de 1920, sem “carregar as pedras” que se esperava deles...

Resumindo um século de serviços prestados pelos imigrantes, os *pedreiros da anarquia*, edificadores de pedaços do Brasil, produtores de alimentos, panos/roupas, calçados, construíram casas, estradas, pontes e carruagens para a burguesia, universidades para os acadêmicos, formaram associações e sindicatos para reunir seus companheiros de ofício, alfabetizar-se, e a centenas de filhos dos operários, e ainda disseminaram cultura sociológica, história social e anarquista.

No período de maior intensidade, deflagraram 270 greves, realizaram 80 comemorações, 119 comícios públicos, 22 grandes passeatas de protesto e de reivindicação, 27 assembléias deliberativas de alto significado, fundaram, dirigiram e sustentaram dezenas de escolas de alfabetização, artes e ofícios (além dos grupos de ensino avulso, periódico), chegaram a ter uma universidade popular (esta no sindicato dos pintores à rua da Constituição, 47, sobrado, no Rio de Janeiro, 1904, com ajuda de alguns intelectuais) e outra universidade em São Paulo no ano de 1915 (esta organizada pelo autodidata Florentino de Carvalho).

Ao todo realizaram doze congressos estaduais para discutir e traçar os rumos do movimento operário, sete nacionais e participaram de cinco congressos internacionais, sendo dois no Rio de Janeiro, no ano de 1915, um na Argentina, um no Uruguai, um no Ferrol, Espanha, um na França, no final dos anos quarenta.

Aos anarquistas e anarco-sindicalistas coube a tarefa de formar quatro colônias experimentais, 14 comunidades de atividades diversas, 55 grêmios e centros de cultura social, 99 uniões operárias, quatro alianças, 70 cooperativas de socorros mútuos, uma confederação com

mais de 150 mil trabalhadores filiados, 26 federações, 29 grupos anarquistas por afinidade, 59 ligas trabalhistas, várias bibliotecas, cerca de 200 sindicatos, 21 grupos de teatro social, libertários e escolas dramáticas, representando cerca de uma centena de dramas, comédias e realizaram 42 cursos de muito alcance instrutivo, cultural e profissionalizantes.

Contei, entre jornais operários e libertários, cinco diários,¹⁵ semanários, quinzenários, mensários e periódicos, revistas, volantes e prospectos de propaganda ideológica cerca de dois milhares,¹⁶ e salvo umas dezenas de exceções, inicialmente a maioria dos trabalhadores eram analfabetos e/ou só sabiam ler e escrever. Só uns poucos tinham cultura geral. E ainda formaram e dirigiram cerca de 20 pequenas editoras e grupos formados para publicar opúsculos, pequenos livros e panfletos, num total de meia centena.

Em meu livro *Rebeldias 2* registrei (e não foram todos!) 109 colaboradores na imprensa ácrata, e só em *A Voz do Trabalhador* (1908-1915), órgão da Confederação Operária Brasileira 48 militantes (homens e mulheres) anarquistas escreviam em suas páginas.

Nos anos 1910 e 1920 muitos operários já tinham vencido a falta de instrução das escolas oficiais e adquirido conhecimentos culturais invejáveis nos sindicatos, nos centros de cultura e nas escolas de teatro social, eram formados na universidade da vida. Escreviam poesias revolucionárias, romances, obras de idéias avançadas, de história, dirigiam jornais como se jornalistas profissionais fossem! J. Marques da Costa, João Perdigão Gutierrez, Manoel Moscoso, Lírio de Rezende, Cecílio Vilar, Rozendo dos Santos e Joaquim Mota Assunção, entre outros.

Joaquim Mota Assunção, nascido em Portugal, cocheiro de profissão e depois gráfico, em 1903 lançou o jornal *O*

Protesto, participou da Universidade Popular, de 1904, no Rio de Janeiro, escreveu peças de teatro e obras entre as quais, *Analfabetos Ilustres*, tudo ainda na primeira década do século XX.

Antonino Dominguez,¹⁷ Ricardo Cipolla¹⁸ e Pedro Catalo falavam como tribunos e não eram os únicos!

Dos anarquistas foi a tradução do hino *A Internacional*. Desde 1901 vivia em São Paulo Neno Vasco, formado em direito pela Universidade de Coimbra. E foi ele quem traduziu a *A Internacional* na primeira década do século XX.

Em 1999, o plagiador promotor de justiça e professor na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Carlos Henrique Maciel, fez uma versão e registrou-a como dele, alegando mentirosamente que em “língua brasileira” *A Internacional* não havia ainda sido traduzida.

Somando-se à gigantesca obra dos *Pedreiros da anarquia*, já referenciada, à obra dos lutadores, a maioria esquecidos, foram os anarquistas os responsáveis pelas oito horas de trabalho diário, descanso aos domingos e feriados, seguro de acidentes no trabalho, recebimento dos salários em dia marcado, em dinheiro (antes muitos patrões pagavam quando queriam e em vales para comprar comida, mais cara em suas lojas). A solidariedade que hoje se banalizou, os anarquistas agilizaram-na durante as greves, para ajudar companheiros desempregados e presos, publicar imprensa ácrata, fundar e manter escolas e grupos de teatro, reunir fundos e prestar auxílio a companheiros doentes (nesses anos distantes não havia institutos), “preparar” operários na arte da linguagem, nos palcos dos sindicatos, e ainda servia como festas para dar um pouco de lazer/alegria à família trabalhadora. Contestaram na primeira década do Século XX o idioma português imposto pelos acadêmi-

cos brasileiros (veja-se os jornais *O Amigo do Povo* e *A Terra Livre*, São Paulo, 1903-1910).

Lutaram e conseguiram abolição das agressões físicas a mulheres e aprendizes nas indústrias, a implantação de lugares para trocar de roupa e comer nas fábricas e oficinas, banheiros para os operários/operárias fazerem suas necessidades fisiológicas e lavar-se, recusaram pagar (tecelões e outros) os panos que estragassem e/ou ter de ficar com eles, pagando-os.

Opuseram-se também às determinações patronais das operárias grávidas nas fábricas de tecidos ter de trabalhar até a hora do parto, ir em casa ter os filhos e voltar ao serviço com os recém nascidos dentro de uma caixa de papelão e colocá-los no chão, junto aos teares.

Foram ainda os responsáveis pela abolição do uso do chapéu, por ser anti-higiênico, dos açucareiros abertos nos botequins (antes serviam de repasto às moscas). Nessa época não existiam os frigoríficos e os anarquistas fizeram campanha para que carne e peixe só pudessem ser vendidos até as 14 horas (quem não o conseguia, depois dessa hora, vendia aos operários por menos da metade do preço fixado para que a saúde pública não jogasse as sobras fora). Os anarquistas bateram-se pela implantação do saneamento, contra o serviço militar obrigatório, em 1907 o português Joaquim Mota Assunção e o brasileiro Eloy Pontes lançaram o jornal *Não matarás*. Fizeram campanhas contra o armamento e as guerras, inclusive com postais “Guerra ou Guerra”, propagavam a procriação consciente (hoje família programada). Foram os anarquistas os primeiros a realizar bailes familiares para trabalhadores, proferiram conferências para operários, campanhas contra o alcoolismo e o tabagismo (cigarros-fumadores), combateram tenazmente a carestia da vida e conseguiram do presidente Wen-

ceslau Brás as feiras livres para vender diretamente os produtos sem impostos, durante a guerra de 1914-1918, e continuou... hoje depreciada.

Formaram a Editora Mundo Livre, por cotas, em todo o Brasil, em forma de cooperativa, fundada no Rio de Janeiro nos anos sessenta (publicando 5 ou 6 livros), que só acabou por força da invasão dos militares em 1969, durante a ditadura (1964-1985).

E porque não falar: fundaram, e vive desde 1939 até hoje, *Nossa Chácara* e depois *Nosso Sítio* em São Paulo!

Não tenho a veleidade de pensar que registrei tudo que os anarquistas realizaram num século de atividades libertárias no Brasil. Mas posso assegurar que fizeram muito!!!

Agora que não há mais militantes analfabetos para ensinar, que a tecnologia é imensa se comparada com antigamente — Internet, meios sofisticados de comunicação, e locomoção —, e acadêmicos escrevem teses de doutoramento usando a obra dos anarquistas e podem realizar simpósios, colóquios, discutir e fazer reparos, nem sempre justos, à obra dos operários de poucas letras, é oportuno lembrar que já entramos no século XXI, sem leis de expulsão, de deportação, nenhum anarquista preso ou perseguido pelas autoridades, e as igrejas “toleramos”...

O anarquista pensa em mais de 50 milhões (só no Brasil) de desnutridos, marginalizados, sem instrução suficiente, moradias dignas, ocupações profissionais; pensa nas diversidades humanas, numa educação e profissionalização racional, capaz de ajudar cada indivíduo a fazer o que pode e sabe, a fim de obter da coletividade aceitação, tudo de que precisa. Pensa também e aceita cada ser humano como é e não como se queria que fosse, à imagem e semelhança dos mais preparados.

O anarquista terá de educar e preparar cada indivíduo para que este possa conviver em harmonia com as diversidades humanas, adotando a estrofe da *Internacional*: “não mais deveres sem direitos; não mais direitos sem deveres”; ou então: “a cada um segundo as suas necessidades; de cada um segundo suas possibilidades.”

Não podem esquecer que teremos de consolidar as bases humanas, grupos coerentes, anarquistas! Filiá-los em federações locais, regionais, nacionais, formando um movimento de “alicerces” educacional e ideologicamente sólidos de baixo para cima.

De cima para baixo é política! E desta estamos todos fartos!

É, portanto, hora de pôr as mãos à obra e, sem desculpas de que existe uma grande diversidade de pessoas, fazer mais e melhor do que os *pedreiros da anarquia* fizeram durante o século XX.

Notas

¹ Distingo aqui “autoridade irracional”, invento dos servidores do Estado, expressão da violência, da desigualdade social, das guerras, de “autoridade racional”, formada pela razão, pela inteligência, pelo saber, pelo raciocínio refletido, humanista, igual para todos!

² Ver Pedro Calmon. *História da Civilização Brasileira*. São Paulo, Brasiliense, s.d.

³ Idem.

⁴ O médico Ranulpho Pratas, em seu excelente livro romanceado, *Navios Iluminados*, demonstra, com detalhes minuciosos, que no século XX, nas Docas de Santos, haia uma escravidão sangrando pulmões operários, em plena República brasileira.

⁵ Ver Edgar Rodrigues. *Socialismo e Sindicalismo no Brasil – 1675-1913*. Rio de Janeiro, Editora Laemmert, 1969.

⁶ Idem.

⁷ Idem.

⁸ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 16-3-1898.

⁹ Um dos mais cultos anarquistas portugueses, da Ilha da Madeira, o poliglota Adriano Botelho, confessou-me, em carta, que o primeiro livro que leu ao chegar a Lisboa, foi *Anarquismo*, do Dr. Paul Eltzbacher.

¹⁰ No início do século XXI, com novas tecnologias, a Internet etc., os anarquistas acadêmicos e outros, até 2005, não saíram das avaliações da obra do século XX.

¹¹ Ver Edgar Rodrigues. *Os Companheiros – 5*. Santa Catarina, Editora Insular, 1998.

¹² Não é demais, hoje, dizer-se que enquanto o ensino oficial *fala à memória* e o aluno decora as matérias, repetindo-as como um gramofone, o ensino racionalista (dos anarquistas) *fala ao cérebro*, à razão, à inteligência, ao raciocínio, despertando e desenvolvendo a opinião própria do estudante, sobre o que vê, ouve, lhe é ensinado, formando uma personalidade pensante. No ensino oficial o aluno decora e repete o que ouviu; no ensino racionalista, o aluno pensa, define o que lhe ensinaram e forma sua convicção refletida, própria!

¹³ Os operários militantes, sindicalistas revolucionários e anarquistas, em todo o território brasileiro, ultrapassaram os milhares, e não cabem todas suas realizações em dois textos. Um dia, quem sabe, voltarei ao assunto.

¹⁴ Deoclécio Fagundes (Theofilo Ferreira), Astrojildo Pereira e João Castanheira.

¹⁵ *Voz do Povo*. Rio de Janeiro, 1920; *A Plebe*. São Paulo, 1919; *Vanguarda Operária*. São Paulo, 1921; *A Lanterna*. São Paulo, 1901/1904; *A Hora Social*. Recife, 1919.

¹⁶ Não tenho a pretensão de ter encontrado todos os títulos de jornais.

¹⁷ Antonino Dominguez nasceu na Espanha. Operário sapateiro, anarquista, foi assassinado pelos “Rapazes da Tcheka”, Pedro Bastos (Galileu Sanches) e Eusébio Manjon, orientados por Astrojildo Pereira, José Elias da Silva, João da Costa Pimenta, Octávio Brandão e o deputado pelo P.C.B. Azevedo Lima, na noite de 13 ou 14 de fevereiro de 1928, no sindicato dos gráficos, à rua Frei Caneca, 4, sobrado, Rio de Janeiro. Ver Edgar Rodrigues. *Os Companheiros*. Vol. 1. Rio de Janeiro, 1994.

¹⁸ Ricardo Cipolla, operário sapateiro, tornou-se um dos amigos do jornal *A Plebe*, e com outros, em São Paulo, formou o *Centro Libertário Terra Livre*, nos anos de 1921-1922, para angariar recursos para o jornal, e organizou um espetáculo teatral no Salão Leal Oberdan, no dia 31 de dezembro de 1922: um sujeito que andava entre os anarquistas e queria ser policial, espanhol de nascimento, Indalécio Iglesias, matou Ricardo Cipolla a tiros no palco, durante o baile que encerraria a representação teatral beneficente. Ver Edgar Rodrigues. *Os Companheiros*. Vol. 5. Santa Catarina, 1998.

RESUMO

A história do século XX no Brasil é contada pelas ações libertárias dos pedreiros da anarquia, que inventaram relações livres em meio às tradições da hierarquia, no mais das vezes consagrada pela miséria, antes de mais nada intelectual, em que se encontravam submersos os trabalhadores do início desse século. O artigo descreve práticas e nomeia os que efetivamente conformam uma ampliação de espaço de liberdade que se estende até hoje.

Palavras-chave: Pedreiros da anarquia, trabalhadores, anarquismo.

ABSTRACT

The history of the 20th Century in Brazil is told through the libertarian actions of the bricklayers of anarchy, which have invented free relations among traditions of hierarchy, often praised by misery — intellectual, above all —, in which workers of this Century were submersed. The article describes practices and gives name to those who effectively result in widening the space for liberty that remains until today.

Keywords: Bricklayers of anarchy, workers, anarchism.

Recebido para publicação em 2 de maio de 2005 e confirmado em 6 de junho de 2005.